



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**3ª Reunião do Conselho de Relação do Trabalho**

**19 de julho de 2011**

**Brasília-DF**

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

### ATA da 3ª Reunião do Conselho de Relação do Trabalho

**DATA:** 19 de Julho de 2011.

**LOCAL:** MTE – Esplanada dos Ministérios – Bloco F – Sala de Reunião 433.

**PARTICIPANTES:** Conselheiros Marcelo Panella, Alexandre Venzon, André Grandizoli, Paula Polcheira, Antônio Neto, Emerson Casali, Fábio Borges, Yedda Beatriz, Luiz Eduardo; Hamilton Dias, Wilson Pereira, Adriana Giuntini, Luigi Nese, Magnus Apostólico, Júnia Queiroz Plínio Sarti, Manoel Messias, Jacy Afonso, Pedro Armengol, Luiz Carlos Motta, Pascoal Carneiro, Paulo Furtado, Paulo Roberto Pinto, Patrícia Duque, Canindé Pegado, Pablo Rolim Carneiro, Marcílio Sant'Ana, Zilmara Alencar e Eudes Carneiro, e os ouvintes Alessandro Rodrigues, Martha Freitas, Clovis Scherer, Andreia Pessôa, Reinaldo Cruz, Danielle Souza, Bruno Maciel, Agilberto Serodio, Dayana Peixoto, José Luiz Bueno e João Cortez.

1 Aos dezanove dias do mês de julho de dois mil e onze, na sede do Ministério do Trabalho e  
2 Emprego, bloco F, sala de reuniões 433, ocorreu a 3ª Reunião do Conselho de Relações do  
3 Trabalho, com a presença de Conselheiros e ouvintes, conforme relacionados acima.  
4 **ABERTURA.** Dando início às discussões entre as bancadas, o Presidente, Marcelo Panella,  
5 explicou que o Sr. Ministro do Trabalho, juntamente com o Conselheiro Rodolfo Torelly,  
6 estavam em uma coletiva do CAGED anunciando os dados do mesmo, e logo faria parte da  
7 reunião do Conselho. Com a manifestação de todos os presentes, a ata da reunião anterior  
8 foi devidamente aprovada, e o primeiro item da pauta foi declarado: Instalação das Câmaras  
9 Bipartites e Eleição dos Presidentes e Coordenadores. A palavra foi passada para o  
10 Conselheiro Suplente Eudes Carneiro, da SRT, que anunciou que a solicitação de indicação  
11 de nomes para as câmaras fora enviada para os Conselheiros, mas que ainda faltava  
12 receber manifestações de algumas entidades. Neto manifestou que em razão das eleições  
13 da CGTB formalizaria posteriormente. O Conselheiro Messias apresentou uma proposta de  
14 rodízio entre as bancadas para a Coordenação e a presidência da câmara bipartite,  
15 obedecendo ao Regimento, explicando que neste primeiro ano, a Coordenação da bancada  
16 dos trabalhadores no Conselho, será da CUT, Fora solicitado, então, que se apresentasse  
17 futuramente um documento oficial sobre as descrições desse rodízio. O presidente Marcelo  
18 Panella, estipulou que todos deveriam enviar suas indicações de nomes até o dia 29 de  
19 julho. Discutindo sobre o calendário anual das reuniões ordinárias, e finalizando tal  
20 discussão, foram aprovadas as datas de 20 de setembro e 22 de novembro. Quanto à  
21 aferição da centrais a bancada dos trabalhadores sugeriu que o tema fosse inicialmente  
22 discutido entre as centrais e posteriormente formalizariam uma proposta para discussão na  
23 Câmara - Governo e Trabalhadores. O Sr. Marcelo Panella anunciou o próximo item da  
24 pauta, que se referia às cotas para aprendizes, solicitação de inclusão por meio da bancada  
25 patronal, dando a palavra ao Conselheiro Emerson Casali, da CNI, para apresentar o  
26 conjunto de estudos acumulados sobre o tema. Emerson afirmou que as exigências de  
27 contratação de aprendizes criam certo conflito e uma demanda muito grande para as  
28 empresas. Reportando-se à Legislação, no artigo 429, mostrou que está previsto que 5 a  
29 15%, para cálculo da cota, usam funções que demandam formação profissional. O  
30 Conselheiro apresentou também, que o Regulamento fala sobre formação profissional,

31 explicando que engloba atividades práticas, teóricas, metodicamente organizadas em tarefas  
32 de complexidades progressivas, e desenvolvidas no ambiente de trabalho. Citou o SENAI e o  
33 SENAC como órgãos que definiam aprendizagem e o Decreto de 2005, que passou a  
34 estabelecer a CBO como referência do que demanda ou não classificar aprendizagem.  
35 Mencionou que foi feita uma revisão, onde essas instituições não tiveram uma participação  
36 efetiva e, como consequência, a CBO estabeleceu que uma série de grupos ocupacionais  
37 demandam aprendizagem, o que gerou uma supercota de aprendizes para a empresa tentar  
38 cumprir. Apresentou como sugestões, a revisão da CBO, em cima de critérios técnicos;  
39 também orientar a ação fiscalizadora para se trabalhar a própria segurança jurídica e criar  
40 em conjunto com a bancada as soluções para melhorar essa questão da aprendizagem, e  
41 também todo esse problema associado, como o problema da inserção dos jovens no  
42 mercado de trabalho. Foi decidido então que um grupo de trabalho, composto por três  
43 membros de cada bancada, seria formado para se discutir e apresentar soluções sobre o  
44 tema proposto pela bancada dos empregadores. Decidida a questão, o Sr. Marcelo Panella  
45 introduziu o novo tema da pauta, retornando a palavra para o Sr. Emerson Casali, que  
46 apresentou estudo e sugestões sobre a cota para deficientes. Mostrou que o País vive em  
47 um cenário em que é complicado cumprir essa cota, por questão de uma série de motivos,  
48 sendo um deles a baixa escolaridade das pessoas com algum tipo de deficiência. Quando se  
49 definiram os percentuais de cotas estudaram justamente quais seriam essas pessoas  
50 portadoras de deficiência na sociedade brasileira e o IBGE chegou a um número de 12,4%.  
51 Nesse número, percebeu-se que muita gente é classificada como portadora de deficiência  
52 pelo IBGE, por conta de um problema de visão, por exemplo. Deu um exemplo de estudo na  
53 cidade de Joinville, onde se foi de casa em casa para ver a questão de pessoas com  
54 deficiências que se enquadravam dentro da cota do Ministério, e o número ao qual se  
55 chegou foi de 0,76% de pessoas portadoras de deficiência. Mostrou que o grande problema  
56 quando se vê a questão do deficiente é que existem mais de 60% que não se enquadram  
57 dentro dos critérios de deficiência. Esses problemas significam custo, insegurança jurídica, e  
58 na geração de empregos. Solicitou então criar um grupo para formular algo que se adeque à  
59 realidade, fortaleça os incentivos à inserção desse pessoal, da qualificação, ao espaço da  
60 área de trabalho. A Conselheira Zilmara propôs a criação de um grupo composto por três  
61 membros de cada bancada, que se comprometeria, num primeiro momento a trazer o  
62 acumulado de cada bancada, para que isso se sociabilize. A partir disso, esse grupo decidiria  
63 quais seriam os convidados para fazer uma apresentação e de que forma seriam feitas essas  
64 apresentações. Houve um consenso entre os Conselheiros quanto a isso. Continuando com  
65 a pauta, o Sr. Marcelo Panella apresentou os próximos assuntos: Assédio moral, demissões  
66 imotivadas e atos antissindicais e criação de Conselhos Regionais do Trabalho, onde foi  
67 colocado estudar a possibilidade da criação de Conselhos Regionais para tratar de assuntos  
68 específicos das áreas descentralizadas, tema proposto pelo Ministro do Trabalho. Decidiu-se  
69 que tal discussão seria adiada. Sobre o item seguinte da pauta, o Conselheiro Suplente  
70 Eudes Carneiro anunciou que no ano passado, o Sr. Ministro criou um grupo de trabalho  
71 para discutir sobre práticas antissindicais. Ficou decidido que se faria um estudo e se  
72 discutiria o assunto posteriormente. Esse assunto seria levado à discussão com os  
73 empregadores. Com a criação do Conselho de Relação de Trabalho, então entendeu-se que  
74 este tema fosse trazido para discussão no Conselho. O Sr. Messias sugeriu que a bancada  
75 dos trabalhadores também faça uma análise mais precisa, para que o Conselho saiba como  
76 discutir o tema. O Sr. Luigi Nese, da CNS, considerou o nome do projeto equivocado e que  
77 não poderia ser uma minuta de projetos antissindicais, e sim, um projeto de regulamentação  
78 da atividade sindical como um todo. Dito isto, os demais Conselheiros envolvidos explicaram  
79 que era uma discussão já antiga entre determinados órgãos e entidades, algo em torno de 3  
80 anos de discussão e que alterar o nome do projeto somente dificultaria o entendimento já  
81 acumulado ao longo de todos os debates já realizados. O Sr. Marcelo Panella, então, sugeriu

82 que a discussão do tema fosse adiado para a próxima reunião a pedido dos trabalhadores  
83 que discutiriam o assunto na bancada. A Sr.<sup>a</sup> Conselheira Zilmara Alencar explicou o tema  
84 seguinte, que seria a solicitação de algumas centrais sindicais e confederações dos  
85 trabalhadores em revogar a Lei nº 12.023/2009, que trata da movimentação de mercadorias  
86 em geral. Decidiu-se que tal tema seria retirado da pauta, discussão inicial entre os  
87 trabalhadores e posteriormente mandado para a Câmara bipartite, para ser discutido.  
88 Iniciando-se a discussão dos assuntos gerais, o Sr. Luigi Nese sugeriu a discussão do  
89 problema da terceirização, tendo o Sr. Messias manifestou contrário em vista do  
90 esgotamento do tema. O Conselheiro Hamilton, da NCST, sugeriu uma discussão sobre o  
91 artigo 588 da CLT que fala da responsabilidade das informações dos sindicatos, que hoje é  
92 do Ministério do Trabalho e da Caixa. O Sr. Messias sugeriu a criação de uma Câmara de  
93 Trabalho Decente dentro do Comitê Gestor da Copa do Mundo, para fiscalização dos  
94 trabalhos, além de um Grupo de acompanhamento no CRT. Foi solicitada a formalização  
95 desse último pedido, para estudos futuros. O Sr Messias mostrou preocupação quanto ao  
96 atual quadro de funcionários do MTE, sugerindo a abertura de concurso para atuação na  
97 fiscalização, ouvidoria e mediação de conflitos, principalmente. O Sr. Eudes Carneiro  
98 solicitou que se fizesse o encaminhamento das mudanças de indicados para compor o  
99 Conselho, com antecedência de 30 dias, pois isso demanda a publicação de portaria  
100 alterando a composição. Pediu aos Conselheiros que mandassem sugestões e propostas de  
101 pauta para o e-mail do CRT com até 30 dias antes da reunião, para que se possa fechar a  
102 pauta e fazer a convocação do Conselho. O Sr. Emerson Casali, em nome da bancada,  
103 sugeriu outro tema, pedindo para se criar um grupo de trabalho sobre a situação do ponto  
104 eletrônico. O Sr. Cadindé Pegado mostrou seu ponto de vista desfavorável em relação à  
105 abordagem desse tema no Conselho e o Sr. Emerson disse que não se furtaria de colocar  
106 que a bancada não considera boa a solução encontrada para o problema. O Sr. Magnus  
107 insistiu que o tema do ponto eletrônico fosse tomado em discussão pelo Conselho de  
108 Relações do Trabalho. A Sr.<sup>a</sup> Patrícia Duque pediu um esclarecimento sobre as datas de  
109 prazo para todas as indicações e o Sr. Marcelo Panella lembrou que o prazo seria o dia 29  
110 de julho. **ENCERRAMENTO.** O Sr. Marcelo Panella, que coordenou a Reunião do Conselho  
111 de Relações do Trabalho, deu fim às discussões agradecendo a presença de todos,  
112 desejando uma boa tarde e que se encontrem todos na reunião seguinte do Conselho.  
113

#### 114 MTE

115 Marcelo de Oliveira Panella, GM \_\_\_\_\_

116 Fábio Borges de Abreu, GM \_\_\_\_\_

117 Paulo Eduardo Cabral Furtado, GM \_\_\_\_\_

118 Zilmara David de Alencar, SRT \_\_\_\_\_

119 Eudes da Silva Carneiro, SRT \_\_\_\_\_

120 André Luiz Grandizoli, SRT \_\_\_\_\_

121 Paula de Farias Polcheira Leal, SRT \_\_\_\_\_

122 Paulo Roberto dos Santos Pinto, SE \_\_\_\_\_

123 Luiz Eduardo Lemos da Conceição \_\_\_\_\_

- 124 Yedda Beatriz G. A.D. C.S.Singer Afonso,SENAES \_\_\_\_\_
- 125 Marcílio Ribeiro de Sant'Ana\_\_\_\_\_
- 126 **Confederações Patronais**
- 127 Adriana Giuntini, CNT \_\_\_\_\_
- 128 Alexandre Venzon Zanetti, CNS \_\_\_\_\_
- 129 Emerson Casali Almeida, CNI \_\_\_\_\_
- 130 Luigi Nese, CNS \_\_\_\_\_
- 131 Magnus Ribas Apostólico, CONSIF \_\_\_\_\_
- 132 Plinio Sarti, CNTur \_\_\_\_\_
- 133 Patrícia Cerqueira C. Duque, CNC \_\_\_\_\_
- 134 Júnia Queiroz Alves Dal Secchi, CNCOOP \_\_\_\_\_
- 135 Pablo Rolim Carneiro, CNI \_\_\_\_\_
- 136 **Centrais Sindicais**
- 137 Antônio Fernandes S. Neto, CGTB \_\_\_\_\_
- 138 Manoel Messias Nascimento Neto, CUT \_\_\_\_\_
- 139 Jacy Afonso de Melo, CUT \_\_\_\_\_
- 140 Pedro Armengol de Souza, CUT \_\_\_\_\_
- 141 Luiz Carlos Motta, FS \_\_\_\_\_
- 142 Pascoal Carneiro, CTB \_\_\_\_\_
- 143 Francisco Canindé Pegado, UGT \_\_\_\_\_
- 144 Hamilton Dias de Moura, NCST \_\_\_\_\_
- 145 Wilson Pereira, NCST \_\_\_\_\_